

OPINIÃO

EDITORIAL

Imprensa e terceiro setor, é preciso fazer um *mea culpa*

‘MEA CULPA, mea maxima culpa’. A expressão, que tem origem na igreja católica e que atravessou séculos como forma clássica de admitir erro e responsabilidade, cabe aqui como confissão pública de uma falha institucional: a imprensa e o terceiro setor em Ribeirão Preto têm deixado de fiscalizar com rigor o que deveria ser escrutinado sem complacência, como bem demonstra a deprimente situação de negociatas e bravatas nos Poderes da cidade.

E é exatamente nesse contexto que a frase latina nos cabe perfeitamente: na crítica às instituições de Ribeirão Preto, sobretudo à imprensa e ao terceiro setor, que continuam, em muitos casos, a funcionar mais como antecâmara de interesses espúrios do que como instâncias de apuração, cobrança e defesa do interesse público. Quando deveriam investigar com rigor os malfeitos que atravessam a vida política da cidade, parte dessas instituições prefere a conveniência, a prudência excessiva ou o silêncio — e isso cobra um preço alto da democracia. Ribeirão sempre cultivou a imagem de cidade de instituições fortes, modernas e influentes.

A teórica força formal não tem se convertido, na prática, em coragem institucional. O Legislativo acumula denúncias e processos que se arrastam; o Executivo muitas vezes responde aos problemas públicos com medidas tardias ou insuficientes; o Judiciário, embora essencial, por vezes transmite a sensação de lentidão incompatível com a gravidade dos fatos. No terceiro setor, que deveria ser ponte entre

sociedade e fiscalização, e na imprensa, que deveria incomodar o poder, a cidade vê com frequência o contrário: alinhamento, repetição de versões oficiais e pouca disposição para seguir a trilha dos fatos até o fim.

Os exemplos se multiplicam. Escândalos se naturalizam. Casos de suspeita de corrupção, rachadinha, má gestão de contratos e desvios de conduta são tratados como se fossem parte do cenário, não como exceção intolerável. A cada novo episódio, repete-se a mesma cena: muita declaração, pouca consequência; muito discurso, pouca apuração; muita aparência de vigilância, pouca vigilância de fato. E quando instituições se acomodam assim, deixam de cumprir sua função e passam a alimentar a própria erosão da confiança pública.

O Jornal Ribeirão nasceu, muito, de um profundo inconformismo com essa forma de fazer jornalismo. Denunciar as mazelas não é apenas resultado de um jornalismo combativo, mas sim uma obrigação imposta pela busca incessante da transparência. Infelizmente, nem todos comungam dos mesmos ideais ou executam o mister com a mesma determinação.

O resultado é um ambiente em que a democracia vai perdendo densidade. Porque democracia não vive de aparência institucional, nem de notas protocolares, nem de indignação seletiva. Ela depende de independência, coerência e coragem para investigar o que incomoda.

Sem isso, o que sobra é um sistema que se protege, se repete e se esvazia. E quem perde com isso, no fim das contas, é a democracia.

NOVAS IDEIAS

As Licenciaturas e o que fica nas margens

RODOLFO GUIMARÃES



A SEGUNDA EDIÇÃO DO ENADE DAS LICENCIATURAS NO NOVO MODELO TROUXE UM NÚMERO QUE RENDEU MANCHETES: 42% DOS CONCLUINTEs NÃO ATINGIRAM O PADRÃO MÍNIMO DE PROFICIÊNCIA.

É um dado que justifica preocupação. Mas não descreve, sozinho, o Brasil real — um país educacional profundamente heterogêneo, em que a linha de chegada esconde pontos de partida muito desiguais.

Quem trabalha com educação a distância lida com a realidade de alunos mais maduros, que trabalham em regime de tempo integral, normalmente responsáveis pela renda da casa, vindos de família com menos anos de estudo e em municípios sem ampla oferta educacional. Sem a modalidade, esse público dificilmente teria chegado ao ensino superior. Ignorar esse perfil ao analisar o resultado de uma prova é um erro estatístico — e, mais grave, desfoca o debate público.

Os números confirmam essa afirmação. Cerca de 94% dos concluintes da iniciativa privada com fins lucrativos foram avaliados em EaD; 92% dos da rede federal, no presencial. Comparar diretamente os dois agregados é comparar realidades não-comparáveis. Quando se padroniza a composição, o gap entre pública e privada cai de quase 30 pontos para 15, aproximadamente. E há um achado consistente: o EaD tem notas inferiores em todas as categorias, inclusive na pública federal, cuja proficiência cai de 77% no presencial para 61% no EaD. A suposta fragilidade da modalidade, na verdade, reflete a realidade do aluno — mas não necessariamente da instituição.

Esse diagnóstico não é novo. Qualquer um pode acessar os microdados dos ciclos Enade anteriores para ver que, controlando por idade do estudante e capital cultural da família, a diferença entre EaD e presencial desaparece completamente. A modalidade, sozinha, explica menos de 1% da variação das notas. O que pesa é o conjunto perfil-trabalho-família — variáveis que o agregado nacional silencia.

O debate ganha urgência diante de uma discussão regulatória em curso. Está em consulta pública uma proposta que muda as diretrizes das licenciaturas: o piso de carga horária presencial subiria de 30% para 50%, e a parcela a distância cairia para, no máximo, 30%. O efeito previsível é maior evasão e redução de matrículas, com impacto direto sobre o acesso ao ensino superior justamente para o público que mais precisa dele.

Há ainda um efeito menos visível e caro: o estrangulamento das margens do sistema — os territórios aos quais, depois de anos de trabalho, conseguimos fazer o EaD chegar. Manter o desenho da norma vigente é mais aderente ao equilíbrio que o governo buscou em sua política de EaD, e mais honesto com o que os dados desta edição do Enade nos entregam.

A formação de professores em um país do tamanho do Brasil não comporta uma média única. A pergunta produtiva não é quem tirou a melhor nota, mas onde estão os déficits, atendendo a quem, e como os sistemas público e privado devem trabalhar junto para fechar essas lacunas de acesso com qualidade. Mas sem fechar portas. Por essas portas, hoje, entra a maior parte dos novos professores do país. E passa, por isso, o nosso futuro como sociedade.

*executivo da área de Educação, é vice-presidente de operações parceiras do grupo Yduqs.



OPINIÃO DO LEITOR

O mais assustador da briga que está em curso na Câmara é a quantidade de denúncias vindo à tona. Que esse momento sirva como depuração.

Joaquina Silveira, Jardim Olhos d'Água

Jornal Digital

Leia o QRCode e acesse a versão online do Jornal Ribeirão

Pontos de Distribuição

Veja onde você encontra a versão impressa do Jornal Ribeirão:

- Banca Tibiriça - R. Tibiriçá, 600
- Banca do Denis - R. Otávio Gólfeto, 326
- Banca Saudade - Av. Saudade S/N
- Banca Paulista - Av. Independência, 1680
- Banca 2000 - Praça Coração De Maria S/N
- Banca Balleiro - R. Gen. Osório, 549 - Calçadão
- Banca Oracilda - Praça Jose Mortari S/N
- Banca Solange - Av. Pres. Vargas, 25 - Esq. Av. R. Nove De Julho
- Banca Camões - Praça Camões S/N
- Banca Oásis - R. Duque de Caxias, 800
- Banca Pinguim - R. Gen. Osório em frente a Choperia Pinguim - Calçadão
- Banca do Valdir - Av. Nove De Julho, 378 - Esq. R. Visconde de Inhaúma
- Banca 13 de Maio - Av. 13 De Maio, 575
- Banca Irajá - R. Dr. Isaac Teodoro de Lima, 588
- Banca Sete de Setembro - Praça
- Banca do Emerson - R. Campos Salles, 431
- Banca Ofício Center - Av. Portugal, 1760
- Banca do Amaral - R. Amador Bueno, 395
- Banca da Lucia - Av. Dom Pedro S/N
- Banca do Rogério - R. Maria Tereza Braga Cenri, 425
- Banca do Peruano - R. Florêncio De Abreu S/N (Calçada Catedral)
- Banca da Japa - Av. Jerônimo Gonçalves, 493 (Próx Rodoviária)